



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

289

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0005784-56.2013.8.17.0000 (0305558-7)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: ANDERSON RICARDO DA SILVA

RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDE FREIRE

**EMENTA:** PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. INDÍCIOS DE AUTORIA QUE JUSTIFICAM A PRONÚNCIA. NÃO PROVIMENTO RECURSAL. UNANIMIDADE.

1. Na fase de pronúncia, não se faz necessário um juízo de certeza, sendo necessário que haja apenas indícios de que os recorrentes cometeram o crime para que o Tribunal Popular seja instado a exercer seu mister
2. Recurso que se nega provimento.
3. Unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso em Sentido Estrito nº 0005784-56.2013.8.17.0000 (0305558-7) onde figuram como recorrente ANDERSON RICARDO DA SILVA, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos,

✓

230  
pelo não provimento do presente recurso, mantendo-se a decisão impugnada em todos os seus termos, para que o recorrente seja submetido ao crivo do Júri Popular.

Recife, 2 de 10 de 2013.

  
**Gustavo Augusto Lima**  
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0005784-56.2013.8.17.0000 (0305558-7)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: ANDERSON RICARDO DA SILVA

RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDE FREIRE

**RELATÓRIO**

O recorrente ANDERSON RICARDO DA SILVA, vulgarmente conhecido como "Cabeludo", foi denunciado perante o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca do Cabo de Santo Agostinho como incurso nas penas do Art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal Brasileiro.

Em síntese, narra a Denúncia que, no dia 30 dezembro 2009, pelas 20:00 horas, o acusado atraiu sua companheira, Srª. Geane Ferreira dos Santos, para a Rua Projetada, bairro Garapu, no Cabo de Santo Agostinho, onde foi ela assassinada por terceiros, mediante disparos de arma de fogo. Aduz a inicial, ainda, que o crime foi motivado por ciúmes, já que a vítima pretendia findar o relacionamento e voltar a viver com Sidcley Cesar da Silva, pai de seus filhos.

Citado, ofereceu o acusado sua defesa preliminar (fls. 130/131).

Ternos de inquirição das testemunhas e informantes às fls. 175/179, 218/219, 231/233 e 240/242.

Termo de Interrogatório do recorrente às fls. 243/244.

Alegações finais ministeriais às fls. 245/246 e pela pronúncia do acusado nos exatos termos da inicial acusatória, entendendo o *Parquet* haver prova incontestada da materialidade delitiva presentes suficientes indícios de autoria, demonstradas as qualificadoras.



A defesa, nas alegações finais, requer a impronúncia, asseverando, em síntese, que os autos não apontam suficientemente sua autoria ou participação no crime narrado na denúncia (fls. 248/253).

O Juízo de Primeiro Grau, por entender que estão presentes os indícios de autoria e a materialidade delitiva, julgou procedente o pedido instado na denúncia ministerial e pronunciou o recorrente nas iras do art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal Brasileiro (fls. 254/255).

A defesa manifestou seu inconformismo às fl. 257. Nas razões recursais, argumenta que os elementos probatórios contidos nos autos não são suficientes para a prolação da sentença de pronúncia, pelo que requer a impronúncia (fls. 258/261).

O Ministério Público, nas contrarrazões recursais, dissentiu dos argumentos apresentados pelo recorrente, alegando que a prova indica que o recorrente foi o autor do assassinato de que tratam os autos. Requer o não provimento do recurso (fls. 291/295).


O Juízo manteve a sentença de pronúncia (fl. 263).

A douta Procuradoria de Justiça, instada a emitir parecer, opina pelo não provimento do presente recurso por entender que a materialidade delitiva se encontra devidamente comprovada e que há indícios suficientes do envolvimento do recorrente no fato narrado na inicial acusatória (fls. 277/281).

É o relatório.

Encaminhem-se à Pauta de Julgamento.

Recife, 16 de Setembro de 2013.

  
Des. Gustavo Augusto Lima  
RELATOR



291

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima*

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0005784-56.2013.8.17.0000 (0305558-7)**

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO**

**RECORRENTE: ANDERSON RICARDO DA SILVA**

**RECORRIDA: JUSTIÇA PÚBLICA**

**RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANDRÉA KARLA MARANHÃO CONDE FREIRE**

**VOTO**

Exmo. Presidente,

Exmo. Desembargador,

Exmo(a). Procurador(a) de Justiça.

Conforme relatado, o recorrente **ANDERSON RICARDO DA SILVA**, pronunciado pelo MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca do Cabo de Santo Agostinho como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal Brasileiro, argumenta que os elementos probatórios contidos nos autos não são suficientes para a prolação da sentença de pronúncia, pelo que requer a impronúncia.

A materialidade delitiva se consubstancia em razão do Laudo Pericial em Local de Homicídio de fls. 33 a 45, do Laudo Pericial em Equipamento Eletrônico (Telefone Celular) de fls. 82 a 92 e, do Laudo Pericial Tanatoscópico de fls. 121.

Acerca da autoria do crime, a autoridade policial que presidiu o inquérito, no relatório, concluiu que a conduta do ora recorrente

se molda ao tipo penal do art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal Brasileiro.

No curso da instrução criminal foram obtidos vários elementos probatórios que representam indícios de que as alegações ministeriais são plausíveis, conforme se depreende dos seguintes depoimentos:

Jane Ferreira dos Santos (fl. 175/176):

*"(...) ao retornar para casa, a vítima foi morta em um lugar onde a mesma nunca costumava ir, ou seja, em uma estrada de barro que fica próxima de um campo de futebol, sendo um lugar esquisito; QUE a depoente tomou conhecimento da morte da sua irmã através da sua mãe; QUE a depoente foi até o local onde estava o corpo da sua irmã, ferido com vários disparos de arma de fogo; QUE a depoente não imaginou que teria sido o acusado o autor dos fatos descritos na denúncia; QUE, no entanto, no mesmo dia, os próprios vizinhos começaram a dizer que tinha sido o acusado, por conta de todas as brigas que tinham presenciado entre a vítima e o acusado; QUE o acusado foi para o enterro do corpo da vítima, que ocorreu no dia 31/12/2009, e lá ele disse a avó da depoente que se a vítima não tivesse morrido no dia 30 teria morrido no dia seguinte (...)"*

Sidcley César da Silva (fls. 177/178):

*"(...) QUE o depoente soube através da família da vítima que a mesma tinha sido ameaça de morte pelo acusado durante a briga; QUE antes da morte da vítima o depoente nunca teve qualquer atrito com o acusado, inclusive apenas se cumprimentavam; (...)"*

Alexandro Jose da Silva (fl. 231)

*"(...) que uma semana antes dos fatos da denúncia, quando todos bebiam ao lado da casa de GIVANILDO, viu quando o acusado lançou um copo de cerveja em GEANE e se levantou para agredi-la; que ele depoente conseguiu conter o acusado; que após a briga, o acusado disse que pretendia matar a vítima, a qual estava tentando terminar o relacionamento com ele (...)."*

Nesta fase processual, é inviável a análise da alegação de que o recorrente não agiu dolosamente, sendo certo que cabe ao Conselho de Sentença apreciar tal assunto. A sentença de pronúncia é mero juízo de admissibilidade da acusação. Segundo o professor Mirabete<sup>1</sup>, in verbis:

<sup>1</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. *Processo Penal*. 7ª Edição. São Paulo: Atlas. 1997. p. 480/481

"A sentença de pronúncia, portanto, como decisão sobre a admissibilidade da acusação, constitui juízo fundado de suspeita, não o juízo de certeza que se exige para a condenação. Daí a incompatibilidade do provérbio *in dubio pro reo* com ela. É a favor da sociedade que nela se resolvem as eventuais incertezas propiciadas pela prova. Há inversão da regra *in dubio pro reo* para *in dubio pro societate*. Por isso, não há necessidade, absolutamente de convencimento exigido para a condenação, como a de confissão do acusado, depoimentos de testemunhas presenciais etc. Entretanto, os indícios de autoria não se confundem com meras conjecturas, porque aqueles são sensíveis, reais, ao passo que estas, muitas vezes fundam-se em criação da imaginação, não provada, e portanto insuficiente para a pronúncia. Indícios extremamente frágeis, vagos, imprecisos, não legitimam essa decisão." (...) "Tratando-se de pronúncia, ou seja, de juízo de admissibilidade, as qualificadoras só podem ser excluídas quando manifestamente improcedentes, sem qualquer apoio nos autos, vigorando aqui também, o *in dubio pro societate*".

Na fase de pronúncia não se faz necessário um juízo de certeza, sendo suficiente que o Julgador se convença da ocorrência de um crime e de indícios suficientes de autoria. Neste sentido, *verbis*:

"STJ - HC 79002 / GO HABEAS CORPUS 2007/0057548-0

Relatora: MINISTRA LAURITA VAZ

Órgão Julgador: QUINTA TURMA

Data do Julgamento: 21/02/2008

Data da Publicação/Fonte: DJe 17/03/2008

Ementa

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE. CONTRARIEDADE DO CONJUNTO FÁTICO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*.

1. O pedido de desconstituição da sentença de pronúncia, pela alegação de falta de provas robustas a comprovarem a autoria e materialidade do crime, demandaria o exame acurado das provas coligidas na instrução criminal, impossível em sede de habeas corpus.

2. Na fase de pronúncia não se faz necessário um juízo de certeza, sendo suficiente que o juízo se convença da ocorrência de um crime e de indícios suficientes de autoria, sendo admitidas, a teor do disposto no art. 408 do Código de Processo Penal, todas as acusações que tenham, ao menos, probabilidade de procedência, o que ocorre perfeitamente no caso em tela.

3. Ordem denegada.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, denegar a ordem. Os Srs. Ministros Arnaldo Esteves Lima, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi e Felix Fischer votaram com a Sra. Ministra Relatora".

Assim, como sendo certo que neste momento não há necessidade que se conclua de forma inequívoca que o recorrente concorreu

ou não para o resultado trágico descrito na exordial acusatória, tenho que não merece reforma a decisão ora vergastada.

Desta forma, sendo certo que estão presentes nos autos os requisitos para a prolação da decisão de pronúncia, em sintonia com o parecer da douda Procuradoria de Justiça, voto pelo não provimento do presente recurso, mantendo-se a decisão impugnada em todos os seus termos, para que o recorrente seja submetido ao crivo do Júri Popular.

É como voto.

Recife, 2 de set de 2013.

  
Des. Gustavo Augusto Lima  
RELATOR